

FLUXO, REFLUXO E RETORNO DO TRÁFICO ENTRE O GOLFO DO BENIN E O SUL DA AMÉRICA

MATHEUS, Marcelo Santos e MÜGGE, Miquéias Henrique (orgs.).
Africanos minas-nagôs no Rio Grande do Sul (séculos XVIII, XIX e XX).
São Leopoldo: Oikos, 2024. 280 p.

No início dos anos 2000, ainda eram raras na historiografia brasileira as pesquisas que, ao individualizar as pessoas escravizadas ou libertas, levavam em consideração sua origem ou identidade étnica. Era como se a escravização tivesse apagado qualquer identidade ou herança, ou então como se essas não fizessem a diferença na vida sob o cativeiro e depois dele.¹

Esse foi um traço da história social brasileira, compartilhado pelas

Mariza de Carvalho Soares, *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000; Mary Karasch, *A vida dos africanos no Rio de Janeiro (1800-1850)*, São Paulo: Companhia das Letras, 2000 (1ª ed. 1986); Beatriz Mamigonian, “Do que ‘o preto mina’ é capaz: etnia e resistência entre africanos livres”, *Afro-Ásia*, v. 24 (2000), pp. 71-95, [DOI](#); A.J.R. Russell-Wood, “Através de um prisma africano: uma nova abordagem no estudo da diáspora africana no Brasil colonial”, *Tempo*, n. 12 (2001), pp. 11-50; Mary Karasch, “Central Africans in Central Brazil, 1780-1835” in Linda Heywood (org.), *Central Africans and Cultural Transformations in the African Diaspora* (Cambridge: Cambridge University Press, 2002), pp. 117-151; João José Reis e Beatriz G. Mamigonian, “Nagô and Mina: the Yoruba diáspora in Brazil” in Toyin Falola e Matt Childs (orgs.), *Yoruba Diaspora in the Atlantic World* (Bloomington: Indiana University Press, 2004), pp. 77-110. Para um balanço, ver Beatriz Mamigonian, “África no Brasil: mapa de uma área em expansão”, *Topoi*, v. 5, n.9 (2004), pp. 35-53, [DOI](#).

1 Entre as poucas publicações que exploravam as identidades étnicas dos africanos estavam João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*, São Paulo: Companhia das Letras, 2003 (1ª ed. 1985); Maria Inês Côrtes de Oliveira, “Viver e morrer no meio dos seus: nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX”, *Revista USP*, n. 28, (1996), pp. 174-193, [DOI](#); Mariza de Carvalho Soares, “Mina, Angola e Guiné: nomes d’África no Rio de Janeiro Setecentista”, *Tempo*, n. 3 (1998), pp. 73-93, [DOI](#); Robert W. Slenes, *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999;

historiografias do trabalho e da escravidão: as pesquisas com a perspectiva de raça ou etnicidade e gênero foram tratadas como pertencentes a nichos historiográficos e os achados só lentamente incorporados às análises de escopo amplo, mesmo quando o protagonismo de classe dos sujeitos era reconhecido.²

De lá para cá, a presença africana foi ganhando foco: a proporção entre africanos e crioulos e a distinção entre pessoas trazidas de diferentes partes do continente africano passaram a ser incorporadas às pesquisas e essas informações trouxeram mais densidade às análises, abrindo outros horizontes. Hoje, as implicações do peso dos africanos na população e da bagagem cultural que traziam se tornaram questões incontornáveis às historiadoras e historiadores atualizados. As pesquisas mais recentes sobre a África no Brasil mantêm diálogo com as memórias da última geração de africanos e africanas e ao mesmo tempo contribuem para uma

2 Sidney Chalhoub e Fernando T. da Silva, “Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980”, *Cadernos AEL*, v. 14, n. 26 (2010), ; Fabiane Popinigis e Cristiana Schettini, “História social do trabalho e perspectiva de gênero no Brasil”, *Almanack*, n. 38 (2024), .

memória coletiva menos mítica e mais histórica.³

Esse movimento se beneficiou enormemente de um entendimento mais refinado do fluxo de migração forçada que definiu a era moderna: cerca de 12,5 milhões de pessoas escravizadas foram embarcadas na África com destino às Américas entre 1530 e 1860, mas a distribuição geográfica e temporal do tráfico de africanos não foi aleatória. O século XVIII representou o pico dessa atividade cruel: pouco mais da metade, 6,4 milhões de pessoas, foram transportadas no intervalo de apenas 100 anos, e outros 3,8 milhões no século XIX, já durante o período de proibição e de repressão. Das 10,7

3 Ver, por exemplo, Luís Nicolau Parés, *A formação do Candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia*, Campinas: Editora Unicamp, 2006; Lisa Earl Castillo, “O terreiro do Gantois: redes sociais e etnografia histórica no século XIX”, *Revista de História (USP)*, n. 176 (2017), pp. 1-57, ; Juliana Barreto Farias, *Mercados minas: africanos ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830-1890)*, Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio/Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, 2015; Moacir R. C. Maia, *De reino traficante a povo traficado: a diáspora dos courás do golfo do Benim para Minas Gerais (América portuguesa, 1715-1760)*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022; Ivana Stolze Lima, *Antônio, escrivo português e Rita, africana do Benim: essa não é uma história de amor*, Rio de Janeiro: 7Letras, 2024.

milhões de pessoas desembarcadas nas Américas cujas origens foram identificadas, quase a metade proveio da África Centro-Occidental (4,9 milhões, 46,3%), a outra metade da África Ocidental (5,3 milhões, 49,6%) e uma proporção menor (436 mil, 4,1%) da Costa Oriental. As estimativas apontam que a América Portuguesa/Brasil recebeu 3,4 milhões (69,8%) de pessoas da Costa Centro-Occidental, cerca de 1,2 milhão (24,4%) de pessoas da Costa Ocidental africana e 280 mil (5,7%) da Costa Oriental. Cuba, por sua vez, teria recebido 243 mil africanos (31,3%) da África Centro-Occidental, 461 mil (59,2%) de pessoas da África Ocidental e 74 mil africanos da Costa Oriental (9,5%). Essas indicações amplas de proveniência e lugar de desembarque se tornaram disponíveis com a publicação do banco de dados Transatlantic Slave Trade, hoje Slave Voyages, baseado no levantamento sistemático de travessias atlânticas de navios negreiros entre os séculos XVI e XIX.⁴

Já era conhecida dos pesquisadores a concentração de africanos ocidentais em regiões como a Bahia e Cuba, e também o retorno deles à

África.⁵ O trabalho de Maria Inês de Oliveira demonstrou como, na comunidade diversa dos africanos ocidentais na Bahia, os falantes de iorubá se organizaram sob o “guarda-chuva” nagô. Da mesma maneira, Mary Karasch havia apontado a existência de uma comunidade mina do Rio de Janeiro, tão minoritária quanto influente.⁶

O avanço da investigação nas últimas duas décadas deu a toda essa história mais contexto e detalhe, tanto sobre o tráfico atlântico e as redes de comerciantes na Costa da Mina e no Brasil quanto sobre o tráfico interno. Foi por navegação de cabotagem

5 Pierre Verger, *Flux et reflux de la traite des nègres entre le golfe de Bénin et Bahia de Todos os Santos du XVIIe au XIXe siècle*, Paris: Mouton, 1968; Manuela Carneiro da Cunha, *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*, São Paulo: Brasiliense, 1985; Rodolfo Sarracino, *Los que volvieron a Africa*, Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1988.

6 Maria Inês Cortês de Oliveira, “Retrouver une identité: jeux sociaux des Africains de Bahia: (vers 1750 - vers 1890)”, Tese (Doutorado em História), Université Paris IV – Sorbonne, Paris, 1992; Karasch, *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*; Juliana Barreto Farias, Carlos Eugênio Libano Soares & Flávio dos Santos Gomes, *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005; ver também Sandra Graham “Ser mina no Rio de Janeiro do século XIX”, *Afro-Ásia*, n. 45 (2012), pp. 25-65, .

4 Slave Voyages. Disponível em:  . Acesso: 07 mai. 2025.

entre portos brasileiros que o tráfico interno redistribuiu as pessoas escravizadas recém-chegadas e aquelas que eram vendidas de uma província para outra, desde antes da abolição do tráfico atlântico na década de 1850. A pesquisa em passaportes emitidos nos portos de embarque para autorizar a viagem das pessoas permitiu identificar também as redes de comerciantes, grandes e pequenos, envolvidos com o comércio de almas e o fluxo de chegada nas províncias. Foram reveladores os trabalhos de Gabriel Berute com os passaportes emitidos no Rio de Janeiro e de Albertina Lima Vasconcelos com os passaportes emitidos na Bahia para o entendimento das rotas que levavam africanos para o extremo sul do país na primeira metade do XIX. Foi o caso de Rufino, depois alufá, que foi vendido e assim transferido da Bahia para o Rio Grande do Sul, onde mais tarde se alforriou.⁷

7 Gabriel Berute, “Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790- c.1825”, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006, [↗](#) ; Albertina Lima Vasconcelos, “Tráfico interno, liberdade e cotidiano de escravos no Rio Grande do Sul, 1800-1850”, Anais do II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil

Desde os anos 2000, a presença africana no sul do Brasil entrou no foco dos pesquisadores.⁸ Em uma região em que a história da escravidão compete com a da colonização europeia na memória histórica, passar da reafirmação da existência de pessoas escravizadas e libertas para

Meridional, Porto Alegre, 2005, [↗](#) ; João J. Reis, Flávio S. Gomes e Marcus J. M. Carvalho, *O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro (c. 1822 – c. 1853)*, São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

8 Beatriz G. Mamigonian, “Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica (1750-1850) in João Fragoso et. al. (orgs.), *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português* (Vitória; Lisboa; Brasília: Ed. UFES; Instituto de Investigações Científicas Tropicais; CNPq, 2006), pp. 609-644; Claudia Mortari, “Os africanos de uma vila portuária do sul do Brasil: criando vínculos parentais e reinventando identidades, Desterro, 1788/1850”, Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007, [↗](#) ; Jovani Scherer, “Experiências de busca da liberdade: alforria e comunidade africana em Rio Grande, séc. XIX”, Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008, [↗](#) ; Vinicius Pereira de Oliveira, *De Manoel Congo a Manoel de Paula: um africano ladino em terras meridionais*, Porto Alegre: EST Edições, 2006; Henrique Espada Lima, “No baú de Augusto Mina: o micro e o global na história do trabalho”, *Topoi*, v. 16, n. 31 (2015), [↗](#) ; Fabiane Popinigis, “Maria Mina e as disputas pelo mercado de trabalho em Desterro, século XIX”, *Revista de História Comparada*, v. 7, n. 1 (2013), [↗](#) .

a identificação de homens, mulheres e crianças africanas entre eles é um grande passo.

Trabalhar com os indícios da presença de africanas e africanos da Costa da Mina no território que veio a ser o Rio Grande do Sul é justamente o desafio que se colocaram os historiadores reunidos na coletânea organizada por Marcelo Matheus e Miquéias Mügge, publicada pela editora Oikos em 2024. Nos oito capítulos e no posfácio da coletânea os autores trazem uma amostra da vibrante produção historiográfica sul-rio-grandense e lançam luz sobre um território pouco conhecido da história da diáspora mina, apoiados em extensa e variada documentação primária.

A coletânea abre com dois textos sobre o tráfico que levava africanos ao Rio Grande do Sul. Gabriel Berute apoia-se no extenso levantamento dos passaportes e despachos emitidos pela Polícia do Rio de Janeiro para pessoas embarcando ou sendo embarcadas com destino às capitanias do sul e nas guias de transporte de escravos entregues na Provedoria da Fazenda do Rio Grande do Sul, e a partir dessas fontes identifica o perfil das pessoas escravizadas que

lá desembarcaram entre 1788 e 1824. Nove em cada dez eram africanos, e a maioria novos, isto é, recém-chegados ao Brasil, que tinham feito a travessia atlântica até o Rio de Janeiro, Salvador ou Recife e depois sido reembarcados. Entre eles, predominavam os africanos centro-ocidentais, mas foi possível identificar que na fase entre 1809 e 1824 os africanos ocidentais representaram cerca de 10% daqueles desembarcados. Eles foram recorrentemente registrados pelo termo genérico de “mina”, mas eventualmente também como “calabar”, “nagô”, “tapa”, “ussá”, “gege”, “são tomé” e outros (pp. 46-47).

Já Marcelo Matheus, trabalhando com os passaportes emitidos pela Polícia da Bahia na década de 1840, investigou a reativação do comércio de pessoas escravizadas daquela província para o Rio Grande do Sul depois dos distúrbios decorrentes da Revolução Farroupilha. Ele explora os subterfúgios de comerciantes e os mecanismos adotados pelas autoridades para efetivar esse comércio, cuja ilegalidade era conhecida de todos: não só o tráfico vindo da Costa da Mina, ao norte do Equador, estava proibido desde 1815, mas desde 1830 o tratado anglo-brasileiro proibira todo o tráfico

para o Brasil e a lei de 7 de novembro de 1831 fora além, declarando livres todos os africanos que a partir de então entrassem no território. Ainda assim, a cada ano, entre 1842 e 1846, chegaram entre 120 e 200 africanos minas-nagôs (quase sempre nomeados “nagôs”, na saída da Bahia) (p. 64). O notório traficante da praça de Salvador, Joaquim Pereira Marinho, era um dos que contrabandearam africanos para o Rio Grande do Sul (p. 69).

O corpo da coletânea é composto por capítulos que tratam de africanos minas em diferentes regiões da província: na região charqueadora de Pelotas e Rio Grande; na capital, Porto Alegre; em Alegrete, zona pecuária e de fronteira com Uruguai, e em São Leopoldo, colônia com grande número de imigrantes germânicos. O encontro com os minas nos arquivos resulta de um atento garimpo em uma gama de tipos documentais: passaportes, inventários *post-mortem*, assentos de batismos, processos-crime, correspondência de autoridades judiciais e outras.

Jonas Vargas e Natália Pinto contribuíram com capítulos sobre a região que talvez tenha concentrado mais africanos ocidentais no Centro-Sul do país: a cidade de Pelotas

e a região charqueadora circundante. Vargas fez uma exaustiva demonstração da presença de africanos ocidentais nos inventários dos proprietários pelotenses, entre eles os charqueadores, apontando que os africanos eram 30% dos trabalhadores escravizados das charqueadas nas décadas de 1830 e 1840, e os mina-nagô chegaram a 27% nesse período, o que é excepcional, se comparado a outras regiões do centro-sul (p. 84). Ele aponta várias evidências de que as autoridades pelotenses temiam a organização dos homens e mulheres escravizados e tentaram, sem sucesso, evitar a chegada de africanos vendidos no rescaldo da Revolta dos Malês. Os medos reverberavam nas reuniões da Câmara Municipal e na correspondência das autoridades até que os temores se confirmaram: um plano de insurreição identificado como “dos negros minas” foi denunciado justamente por um africano mina em fevereiro de 1848. Possivelmente, centenas de africanos estavam envolvidos, tendo em mira eliminar os brancos, conquistar a liberdade e fugir na direção da fronteira com o Uruguai (p. 92).

Em Pelotas, nesse período, se formava uma vibrante comunidade de libertos africanos, em que se destacavam os mina-nagôs. Com base em um extenso levantamento das alforrias cartoriais, complementado por registros de testamentos e casamentos, Natália Pinto descreveu o perfil dos cerca de 650 africanos que se alforriaram na cidade na segunda metade do XIX, em diálogo com os estudos sobre outras partes do país. Apesar de a análise não ter considerado os libertos em relação ao universo dos africanos, e por isso distorcer algumas conclusões, os achados são muito relevantes. Dos 326 africanos alforriados cuja origem é conhecida, 218 (66%) eram africanos ocidentais, o que provavelmente ultrapassava significativamente a proporção deles entre os africanos na cidade àquela altura. Entre os africanos ocidentais que se alforriaram, 63% eram homens e 37% mulheres, o que também possivelmente apontava uma desproporção em relação ao universo total, em favor das mulheres e não dos homens, como indica a autora (pp. 183-185). Sendo provável que a taxa de masculinidade entre os africanos ocidentais no Rio Grande do Sul estivesse entre 66% e 75%,

encontrar as mulheres se alforriando acima do seu peso no grupo demonstra que, como em outras partes do mundo atlântico, as mulheres minas em Pelotas conseguiam manejar melhor do que os homens os códigos da escravidão.

Natália Pinto destaca, entre os africanos ocidentais alforriados em Pelotas, alguns que chegaram a ser proprietários de pessoas escravizadas. A partir do caso de Jorge Cipriano Rodrigues Barcellos, um preto mina alforriado em 1839 e falecido quarenta anos depois, a autora discute a posse de pessoas escravizadas por africanos ocidentais em Pelotas. Os nove identificados (seis homens e três mulheres) tiveram, em média, três pessoas sob seu domínio, quase sempre africanos da Costa da Mina também (pp. 191-197).

A capital da província também foi residência de uma significativa comunidade de africanos minas, de acordo com Paulo Moreira. Capturados pelos registros de polícia em “divertimentos”, na prática do Islã ou em negócios de todo tipo, os minas deixaram sua marca na história da cidade. Moreira destacou um caso bastante emblemático envolvendo três libertos minas, Rita, Cecília e seu

marido Joaquim, que organizaram o transporte de mercadorias para a região das charqueadas e tiveram o carregamento de sua canoa todo roubado. Era um empreendimento de risco, visto que a província vivia os conflitos da Farroupilha, e apesar de não estarem na região ocupada pelos rebeldes, as rotas comerciais não eram necessariamente seguras. Por meio da reclamação feita à Polícia por Rita e Cecília, as proprietárias da carga, sabemos que levavam fumo, farinha e cachaça, mas também tecidos, lã, chapéus e até luvas. Resta confirmada a fama das mercadoras africanas minas, responsáveis pelo abastecimento de muitos distritos, vilas e cidades Brasil afora, e também no extremo sul. Mas para além disso, Moreira toma as três personagens como uma janela para perceber a experiência de conquista da liberdade em Porto Alegre, expondo as transformações ao longo do século XIX e a presença significativa dos africanos ocidentais entre os alforriados, como em Pelotas. Não resta dúvida, pelo que expuseram Vargas, Pinto e Moreira, de que Pelotas e Porto Alegre comportaram comunidades de africanos ocidentais de grande complexidade ao longo de todo o século XIX e que este

esforço para identificá-los mais sistematicamente terá desdobramentos na historiografia do sul.

O capítulo de Luís Augusto Farinatti e Leandro Fontella move o leitor e a leitora para a região sudoeste da província, área de fronteira em vários sentidos, visto que no início do XIX era fronteira de ocupação de terras antes pertencentes aos indígenas guaranis das missões e, que, passadas as guerras de independência, fazia fronteira com o Uruguai e a Argentina. Aquela região, onde predominava a pecuária, distribuída em propriedades de diversos tamanhos, recebeu africanos novos durante toda a primeira metade do século: 277 foram batizados desde a fundação da capela de Alegrete em 1816 até 1850. Eles representavam 23% dos trabalhadores escravizados arrolados em inventários *post-mortem* em Alegrete, entre 1829 e 1869, sendo um terço deles afro-ocidentais (pp. 150-153).

Ao seguir a trajetória do casal formado pelo mina liberto Félix de Macedo e sua mulher indígena Maria Francisca Xará, Farinatti e Fontella trazem uma refinada análise das interações entre pessoas de origem africana e indígena, e, sobretudo, da

construção e reprodução das hierarquias sociais e raciais naquela região “nova” para os luso-brasileiros. Nos registros, Maria Francisca foi designada como “índia”, “china” e “parda” e, mesmo depois de liberto, Félix chegou a ser dado como “negro, escravo”. Félix e Maria Francisca casaram-se na igreja e tiveram filhos, também batizados. Vivendo como agregados do antigo senhor de Félix, a família constituiu uma pequena unidade produtiva pecuária, com um bom número de bovinos, éguas e cavalos. A relativa autonomia da família foi perdida, no entanto, depois da morte de Félix e do seu antigo senhor. O caso serve aos autores para demonstrar como as chances de mobilidade social abertas aos negros livres e libertos eram restringidas pela estrutura escravista e racializada da sociedade brasileira oitocentista, mesmo naquela fronteira de ocupação recente.

O capítulo de Miquéias Mügge e Paulo Moreira sobre os africanos ocidentais na colônia de São Leopoldo é outra bem-vinda contribuição aos estudos da diáspora africana, visto que complementa e adensa uma pequena bibliografia acerca da escravidão e da presença de africanos e

seus descendentes em enclaves conhecidos pelo predomínio de imigrantes europeus. Os autores começam justamente por dissipar a ideia de uma São Leopoldo “germânica”, como costuma ser identificada. Segundo um recenseamento parcial de 1847-1848, a colônia contava com pessoas providas dos territórios mais tarde congregados na Alemanha, mas também luso-brasileiros, açorianos, holandeses e pessoas de origem africana. Dos 6.562 habitantes então recenseados, 207 viviam escravizados (p. 212). Mügge e Moreira identificam geograficamente e nominalmente os proprietários de origem alemã que detinham pessoas escravizadas, demonstrando que em poucas décadas de estadia no país, já estavam muito bem inseridos no sistema escravista. O fato de eles deterem proporcionalmente mais africanos minas faz os autores corretamente destacarem que essa inserção – e prosperidade – envolvia participar do comércio ilegal de pessoas escravizadas (pp. 213-217).

A experiência dos africanos ocidentais entre colonos alemães tinha suas especificidades, visto que envolvia um contexto linguístico ainda mais desafiador, como ilustra o caso

do crime cometido pelo jovem João, nagô, no curtume de Henrique Panitz. Como nas outras regiões, as chances de alforria existiam, e os minas eram bem representados nos registros, porém a autonomia parecia uma miragem. As dificuldades de libertos africanos de se manter como pequenos proprietários é exemplificada pela família dos africanos Roque e Joana, mas ecoa outras tantas histórias. As chances de formação de um campesinato negro parecem ter sido mais restritas no sul.

Feçam o livro o capítulo de Jovani Scherer e Vinícius Oliveira sobre duas figuras reverenciadas como príncipes na tradição do Batuque e o posfácio de Marcelo Matheus, Paulo Moreira e Miquéias Mügge sobre o retorno de africanos mina-nagô de Pelotas para a África, nos anos 1880. Os textos estão conectados. O “fluxo e refluxo” (na expressão de Verger) entre a Costa da Mina e o Rio Grande do Sul ganham contornos surpreendentes. No culto aos orixás praticado no Rio Grande do Sul, conhecido como Batuque, Mãe Emília de Oyá Ladjá é matriarca das nações Oyó e Nagô, e Pai Custódio de Sakpatá é um “baluarte” da nação Jeje (p. 242). Scherer e Oliveira fazem um trabalho refinado de interpelar a memória dos

integrantes das linhagens, por meio de pesquisas antropológicas e etnográficas do século XX, complementando-as, e contrastando-as, com a documentação de arquivo sobre as trajetórias dos dois sacerdotes.

Os autores descobrem que Emília não era africana como se imaginava, mas nascida em Rio Grande, filha de uma liberta mina, que no início do século XX se fixou em Porto Alegre com um quiosque de venda de comidas e iniciou, por onde passou, muitas pessoas nas tradições dos orixás. Já Custódio, de quem existe um registro fotográfico (reproduzido na página 239), era tido como príncipe pela comunidade mina de Porto Alegre, onde residiu pelo menos desde a década de 1880. Ele era nascido na Costa da Mina, mas filho de um africano retornado que lá se fixara, chamado Joaquim de Almeida. Graças ao trabalho de Nicolau Parés, sabemos que o pai de Custódio alforriou-se na Bahia em 1830 e tornou-se importante traficante de africanos, estabelecendo-se em Agoué, na Costa da Mina, de onde negociava tanto com a Bahia quanto com Cuba. Joaquim formou uma família extensa, falecendo em 1857.⁹

9 Luís Nicolau Parés, *Joaquim de Almeida: A história do africano traficado que se*

Scherer e Vinicius não exploram a origem de Joaquim, trabalhada em outra publicação,¹⁰ mas desenvolvem um refinado diálogo entre a memória construída ao longo do tempo que hoje circula na tradição do Batuque e a história documentada nos arquivos, recuperando evidências da existência e das vivências de Emília e Custódio. Os autores apontam que a nobreza de Emília foi, possivelmente, atribuída mais recentemente e não enquanto viveu. Já Custódio era, sim, tratado como príncipe em vida.

O embaixador Alberto da Costa e Silva já havia se interessado por Custódio e tinha, a partir de um registro anedótico publicado em jornal, decodificado a experiência enobrecida de Custódio de Almeida em Porto Alegre, na virada do século XIX para o XX.¹¹ Foram as pesquisas de Jovani Scherer

tornou traficante de africanos, São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

- 10 Jovani Scherer e Rodrigo de Azevedo Weimer, *No refluxo dos retornados: Custódio Joaquim de Almeida, o 'príncipe' africano de Porto Alegre*, Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2021.
- 11 Alberto da Costa e Silva, "Um chefe africano em Porto Alegre" in Alberto da Costa e Silva, *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Ed. UFRJ, 2003), pp. 167-176.

e Rodrigo Weimer no Arquivo Público do Rio Grande do Sul que revelaram a paternidade de Custódio. Se Costa e Silva soubesse disso, teria entendido imediatamente a fonte de renda dele, que frequentemente foi atribuída à legação britânica, mas quase certamente vinha da herança acumulada pelo pai no contrabando de africanos e no comércio de óleo de palma. A trajetória do filho de um africano retornado que escolhe voltar para o lado de cá do Atlântico acrescenta um outro movimento ao conhecido "refluxo" e coloca novas questões ao repertório da história da diáspora: como a comunidade mina-nagô de Porto Alegre construiu uma memória da travessia forçada que permitiu tratar o filho de um traficante como príncipe? Que tradições religiosas ele trouxe e praticou em Porto Alegre, sendo que o pai havia formado uma comunidade católica entre retornados na Costa da Mina? Quanto da fortuna acumulada por Joaquim seu filho Custódio pôde usufruir até a sua morte, em 1935?

O posfácio traz outra história instigante dos trânsitos atlânticos dos africanos minas. Marcelo Matheus, Paulo Moreira e Miquéias Mügge encontraram nos registros

de passaportes emitidos na Pelotas de 1880 grupos de africanos libertos que pretendiam retornar à África. Os autores reconstituíram as trajetórias deles na escravidão e na liberdade, mas como não pretendiam desenvolver o capítulo, deixaram os leitores curiosos por mais detalhes e uma contextualização mais ampla desse movimento de retorno entre os outros já conhecidos.¹²

A coletânea *Africanos minas-nagôs no Rio Grande do Sul* é uma importante contribuição para os estudos da diáspora africana nas Américas. É natural que suscite mais questões. Leitores do livro estabelecerão diálogos com os autores se perguntando por outras interpretações e cruzamentos possíveis e também complementando as histórias. A atenção ao contexto do uso dos termos “mina” e “nagô” nos registros talvez tivesse ajudado os autores a avançar a discussão sobre a adoção de etnônimos e as transformações

das formas de identificação e pertencimento tão bem colocada por Maria Inês de Oliveira. A documentação com que lidamos, predominantemente oficial ou eclesiástica, impõe limites à identificação dos africanos, mas as escolhas e os silêncios que contêm poderiam ser ainda mais interrogados.

Os capítulos são entremeados por ilustrações impressas em cor, aquarelas ou fotografias relacionadas à presença africana no Rio Grande do Sul. É uma pena que, além dos créditos, as ilustrações não tenham recebido legendas mais detalhadas, que permitissem estabelecer diálogo explícito com as pesquisas apresentadas. O cartão-postal “São Leopoldo – Um casal de Africanos”, do Atelier Huhnfleisch, pertencente ao Acervo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (p. 205), é uma dessas imagens que encapsulam tantas novas questões: representa um casal já idoso de africanos, descalços, sentados no chão junto a uma gruta ou um forno e tendo à sua frente um menino trabalhador de pele mais clara, também descalço, portando uma cesta. Essa cena ao mesmo tempo situa os africanos em São Leopoldo, colônia de imigrantes alemães, trata-os como exóticos a

12 Verger, *Flux et reflux*; Cunha, *Negros, estrangeiros*; Monica Lima e Souza, “Entre margens: o retorno à África de libertos no Brasil, 1830-1870”, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007,  ; Lisa Earl Castillo, “Mapping the nineteenth-century Brazilian returnee movement: Demographics, life stories and the question of slavery”, *Atlantic Studies: Global Currents*, v. 13 n. 1 (2016), pp. 25-52, .

ponto de serem representados em cartão-postal, e ainda simula, metaforicamente, passado e futuro, ao contrapor o casal de velhos africanos ao menino claro. Se soubéssemos, ainda quem, em maio de 1902, enviou notícias por meio desse postal, e o que dizia, em alemão, talvez tivéssemos mais elementos para entender as vivências dos africanos e os desafios de viver naquele território frio e remoto da diáspora.

Cinco décadas depois de sua publicação, a monumental tese de Pierre Verger, *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos do século XVII ao XIX* continua se desdobrando, e os estudos da diáspora africana, como esta coletânea, trazem a público facetas ainda desconhecidas da África no Brasil.

Beatriz Gallotti Mamigonian  

Universidade Federal de Santa Catarina

doi: 10.9771/aa.v0i71.70521